

A ninguém mais do que aos filósofos preocupa a verdade. No entanto, a pergunta de Pilatos a Cristo, “*quid est veritas?*”, continua soando aos nossos ouvidos toda vez que nos anunciam fatos. Seriam as palavras, de fato, a reconstituição dos fatos ou a versão dos fatos, que pode ser verdadeira ou não? Sabemos muito bem quantos subjetivismos e quantas inverdades nos chegam todos os dias aos ouvidos. A sabedoria do salmista sobre o homem ainda não foi superada, quando diz: “*homo mendax est*” (Sl 16,11). O otimismo filosófico, necessário, confia, no entanto, que o homem é capaz de orientar-se pelas sendas da verdade, quando exercita o seu *logos*. Desta forma confia, filosófica e religiosamente, que “só a verdade nos libertará”. Por isto, quando os homens se envolvem em intrigas, e sofrem de traumas pessoais ou históricos, o único caminho para a saúde espiritual é deter-se na verdade das causas dos traumas e das intrigas. Sem o desvelar destas causas, analisando-as e avaliando-as à luz da verdade, não acontecerá libertação, nem superação de conflitos, preconceitos, injustiças, mentiras, humilhações e opressões. A aproximação entre os seres humanos, com a superação de seus desentendimentos, só acontecerá na medida em que se buscar “a verdade”. E nesta busca o filósofo deveria ser especialista. É assim que entendemos o sentido primeiro da filosofia e do filósofo. Por isto, todo o esforço dos homens na constituição da “verdade” deve alegrar o filósofo e provocá-lo para o engajamento. E já temos motivos de contentamento, pois nos últimos anos muitos países, dilacerados por guerras, revoluções, tiranias e *apartheids* formaram suas “comissões da verdade”. Em reconhecimento a estas “comissões da verdade”, que procuram fortificar o entendimento entre os homens e expressar a força do seu *logos*, este nosso editorial.

De 1971-1996, ao menos vinte países instituíram “Comissões da Verdade” ou “Tribunais de Guerra”. O Brasil preferiu decretar uma anistia, tentando virar a página e fechar o livro da história de um período de torturas. É verdade, todas as “Comissões da Verdade” buscam virar uma página, mas sem fechar simplesmente um livro de injustiças e mentiras.

Nelson Mandela, no primeiro dia da “Comissão da Verdade” na África do Sul, afirmou que “para perdoar e para esquecer é preciso saber o que de fato aconteceu”. É a velha verdade de que não adianta varrer a sujeira para debaixo do tapete. Trazer à tona questões de verdade, justiça e reconciliação não pode restringir-se a debates acadêmicos. Reprimir para o porão do subconsciente histórico a crueldade e as injustiças não cura os traumas de períodos escabrosos da vida de um povo. A psicanálise nos ensina que as causas dos traumas devem ser trazidas ao consciente. Do contrário continuarão perturbando a vida real. Isto vale tanto para o indivíduo como para a sociedade. A reconciliação exige uma espécie de histoterapia (uma terapia histórica) para se conhecer e afastar os causadores das desumanidades dos tempos de guerras e de tiranias. Somente conhecendo estas situações traumáticas, dando nomes aos responsáveis, e aplicando os remédios adequados, pode-se ter a esperança numa pacificação duradoura pelo perdão. E isto não é revanchismo, mas a verdade necessária, a única capaz de libertar.

A passagem de governos totalitários para a democracia, da guerra para a paz, *do apartheid* para a igualdade, da escravidão para a liberdade faz surgir, em qualquer povo, dilemas práticos, morais e políticos. Tribunais de guerra condenam e apontam os responsáveis por crimes contra a humanidade. Mas será suficiente condenar uns poucos, quando milhares se envolveram em horríveis abusos dos Direitos Humanos? As “Comissões da Verdade” tentam criar condições para o perdão através da averiguação, da anistia e da reparação. Em todo este trabalho coloca-se o problema da memória dos

fatos, para que não se reabram apenas, novamente, as feridas, mas que isto contribua efetivamente para a reconciliação. O certo é que sem justiça não há verdadeira reconciliação; para haver perdão exige-se que, primeiramente, se conte a verdade. Muitos acontecimentos humanos ainda removem a consciência dos homens, porque nunca houve verdadeira reconciliação. Ainda 50 anos após o processo de Nürenberg criminosos de guerra aparecem nos bancos dos réus. Mesmo assim muitos ainda andam soltos. Uma anistia geral, uma reconciliação genérica não parece suficiente. Pois, o que significaria uma reparação puramente genérica para inúmeras pessoas cujas vidas foram destruídas por indescritíveis sofrimentos? Que dizer para a criança que perdeu sua sanidade, vendo explodir as cabeças de seus familiares? E o homem que teve seus ossos sistematicamente quebrados pelos torturadores? E a mulher, cujo esposo e filho simplesmente desapareceram?

Ao que parece, o melhor é “olhar a fera diretamente nos olhos”, confrontando-nos verdadeiramente com as trevas do passado. Assim, talvez, se acenda uma luz, dando sinais de verdade e justiça, para que não se repitam mais as atrocidades do passado. É justamente a verdade e a justiça que as “Comissões da Verdade” pretendem trazer ao nível da consciência nos países traumatizados por guerras, tiranias, racismos e regimes de escravidão, mesmo que disfarçados.

Desmond Tutu, na África do Sul, é um exemplo de como se pode presidir uma “Comissão da Verdade” para que um país, dividido por décadas por um racismo cruel, se reconcilie. Talvez algumas “Comissões da Verdade” poderiam ser muito úteis ao Brasil, a fim de gerar mais justiça e verdade em nossas relações sociais. E nisto a Filosofia, certamente, teria muito a contribuir.